



Sessão Semi-Plenária Diversidade de Mundos Sociais

II – Trabalho e Organizações

LIMA, Marinús Pires de

Resumo

A desterritorialização dos processos económicos, a par das novas tecnologias de produção e de informação, criaram novas formas de trabalho que sendo assentes numa lógica de liberalização e de flexibilização, alteraram profundamente o sistema de relações laborais.

Tendo como ponto de partida as profundas alterações produzidas pela nova conjuntura económica global na esfera do mundo do trabalho, pretende-se averiguar os impactos de tais transformações no sistema de relações laborais português, as quais apresentam distintas repercussões nos diversos sectores de actividade económica. Se, por um lado, os efeitos da liberalização dos mercados económicos mundiais, na sociedade portuguesa, têm sido o da deslocalização das indústrias para países com menores custos de produção, o que implica o aumento do desemprego em alguns sectores económicos, nomeadamente dos sectores têxtil, calçado e automóvel. Por outro lado, o desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações tem vindo a gerar novos postos de trabalho na área dos serviços, em particular na área das novas tecnologias e nas indústrias do turismo, bem como a reestruturação tecnológica e organizacional do sector bancário.





A desterritorialização dos processos económicos, a par das novas tecnologias de produção e de informação, criaram novas formas de trabalho que sendo assentes numa lógica de liberalização e de flexibilização, alteraram profundamente o sistema de relações laborais.

Tendo como ponto de partida as profundas alterações produzidas pela nova conjuntura económica global na esfera do mundo do trabalho, pretende-se averiguar os impactos de tais transformações no sistema de relações laborais português, as quais apresentam distintas repercussões nos diversos sectores de actividade económica. Se, por um lado, os efeitos da liberalização dos mercados económicos mundiais, na sociedade portuguesa, têm sido o da deslocalização das indústrias para países com menores custos de produção, o que implica o aumento do desemprego em alguns sectores económicos, nomeadamente dos sectores têxtil, calçado e automóvel. Por outro lado, o desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações tem vindo a gerar novos postos de trabalho na área dos serviços, em particular na área das novas tecnologias e nas indústrias do turismo, bem como a reestruturação tecnológica e organizacional do sector bancário.

Estas mudanças originaram alterações na organização e nas condições de trabalho, criando formas flexíveis e instáveis de emprego, que segmentaram e individualizaram as relações laborais e enfraqueceram os laços de solidariedade entre os trabalhadores. O aumento do trabalho a tempo parcial, do trabalho temporário, dos vínculos contratuais precários e a diminuição da protecção social dos trabalhadores são alguns dos exemplos dos efeitos do novo modelo económico-social, decorrente da globalização.

No entanto, em Portugal, estas transformações tiveram impactos diferenciados ao nível do emprego nos sectores de actividade económica. No caso concreto da indústria, verificou-se uma perda significativa do volume do emprego nos últimos sete anos, que se traduz numa diminuição de cerca de 105.000 postos de trabalho (cfr. anexo). No que diz respeito ao sector terciário, no mesmo período registou-se um aumento acentuado, com aproximadamente 417.000 empregos. Apesar desta subida é de sublinhar que é neste sector onde ocorrem um maior número de situações de trabalho precário.

Estas alterações colocam novos desafios à acção sindical portuguesa, que seguindo a tendência do sindicalismo mundial, sofreu um decréscimo ao nível da taxa de sindicalização. No que concerne aos empresários, também têm sentido dificuldades de adaptação face às novas realidades, principalmente no que se refere ao patronato tradicional.

Dessa forma o estudo propõe-se analisar as respostas dos sindicatos, as atitudes do patronato, o comportamento e as expectativas dos trabalhadores face a estas mutações. Será aplicado o método da intervenção sociológica, concebido por Alain Touraine no âmbito da Sociologia da Acção, com o objectivo de colocar em confronto e de reflectir sobre este conjunto de questões com os vários actores sociais.

A temática da globalização no sentido das relações laborais e do trabalho, em Portugal, tem sido alvo de poucos estudos e análises, daí alguma dificuldade em poder reconhecer-se este facto na sua total extensão, assim como os seus elementos determinantes, de um modo aprofundado.

O progresso tecnológico, a concorrência e a globalização são fenómenos interdependentes, que se têm vindo a afirmar cada vez mais (Lima, 2002). Embora não se trate de fenómenos novos, o seu impacto ao nível da afectação de recursos e da organização das economias está a atingir uma fase crítica, devido ao progresso no sector das comunicações, à redução de barreiras ao comércio, à liberalização da circulação de capitais e às alterações na organização e estratégias empresariais.

Estando os consumos e estilos de vida influenciados pelo processo de globalização, a dimensão das relações laborais e do trabalho reflectem todo um conjunto de práticas em constante transformação e



ajustamento, seja à eficiência económica, à intensificação da competitividade, aos novos conceitos da gestão e produção, seja a outros elementos relacionados com a política nacional ou internacional (Lima, 2002). O aumento da competitividade global conduz a inúmeras pressões e mudanças nas empresas e nas suas tomadas de decisão estratégicas. Daí a necessidade de conhecer e interpretar alguns desses efeitos.

Efectivamente, o processo de internacionalização e o conseqüente ajustamento das empresas às exigências da globalização expõe vários actores (empresas, trabalhadores, sindicatos, regiões), a uma série de novos panoramas sócio-económicos.

O impacto da globalização no emprego não é consensual. Se por um lado, surgem novas oportunidades para a criação de empresas e expansão de empresas existentes, por outro lado, estamos perante uma redução de emprego resultante do crescimento da produtividade dos factores. De acordo com a Comissão Europeia, a aceleração da liberalização do comércio mundial, aliada ao fraco crescimento económico da Europa, implicará a perda de 860 mil postos de trabalho na União Europeia entre 1998 e 2010, apenas no sector têxtil e do vestuário, sectores de grande relevância para a economia portuguesa.

Paralelamente, com a internacionalização económica advém o receio do 'dumping social', ou seja, que as empresas desloquem a produção dos países com salários altos e critérios laborais rigorosos para aqueles em que as regulamentações laborais e os custos são mais baixos. Aliado a isso, é reforçada a viragem para formas mais 'flexíveis' de organização do trabalho, horário laboral, distribuição de tarefas e sistema remuneratório, todos eles elementos centrais nas regras padronizadas, definidas pela lei nacional e pela negociação colectiva (Hyman, 2002).

A inovação tecnológica e a revolução informática constituíram poderosos meios em que se apoiou o mercantilismo dos anos 80 para promover a desregulamentação da velha relação salarial fordista (Estanque e Ferreira, 2002). A recém-chegada sociedade programada ou de informação provocou, por um lado, a diminuição do número de assalariados na indústria e o aumento do número de trabalhadores no sector terciário e, por outro, sustentou a progressiva desregulamentação e flexibilização dos modelos e relações sociais de produção, que actualmente podem ser observados no despoletar massivo das formas de trabalho precário como o teletrabalho, o trabalho a tempo parcial, temporário e domiciliário. Assim, a terciarização das sociedades contemporâneas, aliada às novas formas de trabalho precário e sem direitos, afecta não só as classes tradicionalmente mais vulneráveis como os trabalhadores manuais sem qualificações profissionais, mas também trabalhadores (particularmente jovens e mulheres) com elevado capital escolar. O trabalho deixa de ser concebido como propiciador de relações de produção duradouras, estáveis e vinculativas e como o garante dos direitos sociais e do acesso à cidadania e passa a ser perspectivado como um factor de instabilidade e de permanente degradação das condições de vida dos cidadãos.

Assim, o perfil do trabalhador sujeito à instabilidade e precariedade do mercado altera-se substancialmente (Estanque e Ferreira, 2002) e os estatutos profissionais pluralizam-se (Lima, 2000, Supiot, 2005, Dornelas, 2000). Por outro lado, os novos modelos de produção causam uma individualização e dispersão crescente nas relações de trabalho, fragilizando os laços de solidariedade entre os trabalhadores. As organizações sindicais vêem-se confrontadas com uma enorme dificuldade em mobilizar os trabalhadores, que se manifesta concretamente na diminuição do número de sindicalizados.

À medida que os sindicatos foram conquistando na sociedade o papel de parceiros sociais, capazes de pressionar os governos e entidades patronais nacionais e de participar activamente no desenhar das políticas laborais e sociais, que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a sua face de movimento social contestatário foi cedendo lugar à construção de um actor de pressão e negociação institucional (Lima, 1992). A articulação destas duas dinâmicas de acção não é tarefa fácil, e obriga a um repensar profundo da identidade e do desempenho dos sindicatos nas sociedades actuais (Lima e Nunes, 2003).

Em Portugal, as reivindicações são pouco satisfeitas e a negociação na empresa é muito menos frequente do que em outros países europeus. A formação profissional, a qualificação, os Planos Nacionais de



Emprego e de Inclusão são pouco tratados na negociação colectiva, dominando a lógica taylorista. Praticamente, não se verifica descentralização das relações industriais e a resistência sindical à polivalência, à avaliação de desempenho e à concertação social é grande (Lima, 1992). É insuficiente a articulação da negociação colectiva com a concertação social, sendo que as práticas ligadas à flexisegurança estão pouco desenvolvidas no país (Kok, 2005, Dornelas, 2006). Será que não existe a necessidade de uma concertação quanto aos novos conteúdos de empregos e uma renovação das equipas dirigentes (empresários, gestores) e dos dirigentes sindicais?

De modo a circunscrever o objecto do estudo, seleccionamos cinco sectores de actividade económica no sentido de compreender as especificidades inerentes às relações laborais. A escolha foi motivada pelo facto de estes sectores se encontrarem em profundas transformações e pelo peso significativo que assumem na economia portuguesa.

A indústria têxtil e do calçado, que a seguir à construção tem maior proporção nos empregos industriais no país, perdeu perto de 90.000 postos de trabalho no período 1998-2004 e o seu peso no emprego da indústria baixou de 23,5% em 1998 para 19,4% em 2004 (INE). Esta indústria é fortemente afectada pelas deslocações das empresas tendo a tendência continuado em 2005 e no primeiro semestre de 2006. Ao mesmo tempo verifica-se um investimento no sector por empresários chineses, fenómeno já conhecido em Itália onde o estilo de negócio chinês baseado na produção e venda de grandes quantidades a baixo lucro tem levantado inúmeros problemas de concorrência desleal. Pretendemos averiguar qual o possível impacto que poderá ter no sector têxtil em Portugal este investimento chinês.

A indústria automóvel, tradicionalmente associada a relações de trabalho estáveis, está a ser atingida pelas deslocações industriais também desde o início da década dos anos 90, perdendo 9% dos empregos entre 1998 e 2004. Foi o caso da Renault, que fechou a fábrica de Setúbal e criou fábricas importantes na Eslovénia e no Brasil. O encerramento da fábrica da Opel na Azambuja previsto para o final deste ano deixará cerca de 1200 trabalhadores no desemprego. Em contrapartida, na Auto-Europa houve dois acordos baseados na lógica do “compromisso da transacção” quando se verificou o risco de deslocalização (Pizzorno, 1978).

Por outro lado, o sector da hotelaria e restauração, que emprega perto de 10% da população activa no sector terciário em Portugal, registou um aumento no emprego de 9,4% de 1998 para 2004. Este sector caracteriza-se pelo emprego sazonal e um grande número trabalhadores temporários.

As telecomunicações e transportes detêm 7,4% dos empregos terciários e criaram 30.000 empregos entre 1998 e 2004. Este sector que se caracteriza por grandes investimentos nos últimos anos tem sido foco de poucos estudos em Portugal.

Por último, pretendemos estudar as relações de trabalho das actividades financeiras, nomeadamente, da banca que sofreu um processo de inovação tecnológica e organizacional transformando o sector que era um dos mais atrasados num dos mais avançados na Europa. A banca portuguesa tem conseguido ultrapassar as fusões e reestruturações que sofreu sem grandes conflitos laborais, com negociação a nível empresarial (Lima, Lino, Kolarova, Guerreiro, 2005).

Através da intervenção sociológica, onde o investigador serve de mediador dos encontros entre os actores-alvo do estudo, poder-se-á cumprir o papel do sociólogo enquanto auxiliador no processo de auto-reflexão dos sujeitos e como interlocutor activo no processo de produção do conhecimento.

A intervenção sociológica ao colocar em confronto sujeitos que não estão habituados a reflectir e a dialogar em conjunto sobre os significados sociais e culturais das suas práticas, poderá contribuir para que



os próprios indivíduos consigam melhorar os processos de análise e reflexão das suas e das acções de terceiros.

Pretende-se ainda que, no final, a intervenção sociológica, onde os actores serão chamados a reflectir aprofundadamente sobre os objectivos de investigação traçados, sirva, por um lado, de contributo real para a progressão do conhecimento da temática e, por outro, para um melhoramento da compreensão que os próprios actores têm das suas práticas e estratégias de intervenção.

A intervenção sociológica consiste num método criado por A. Touraine (1993) no âmbito da Sociologia da Acção desenvolvida no estudo sobre o movimento operário. Este método também já foi aplicado em Portugal pelo Prof. Marinús Pires de Lima numa investigação sobre a acção sindical (Cf, A Acção Sindical e o Desenvolvimento, Ed. Salamandra, Lisboa, 1992).

O seu objectivo é organizar encontros de reflexão entre actores perspectivados como oponentes em determinados contextos sociais (por exemplo, trabalhadores *versus* patronato). Nestes encontros, o sociólogo, de acordo com as hipóteses de trabalho traçadas, constrói diferentes guiões de entrevista, propondo os temas de discussão entre os actores, e desempenha o papel de mediador e moderador dos debates, auxiliando os actores no desenvolvimento das suas reflexões.

O objectivo destas reuniões é não só desencadear um processo de auto-reflexão nos sujeitos participantes, ou seja, conduzir os indivíduos a analisarem criticamente as suas identidades e os modos de construção das suas acções, como também levá-los a reflectirem sobre os aspectos que os diferenciam. Esta abordagem qualitativa permitirá assim apreendermos, por um lado, as práticas, discursos, representações atribuídos pelos indivíduos às suas identidades e práticas e às dos actores com quem são confrontados e, por outro, os significados políticos, culturais e sociais associados às suas iniciativas e conflitos.

Para operacionalizarmos este confronto analítico, serão realizados 5 encontros entre os trabalhadores militantes de base pertencentes aos sectores de actividade económica abrangidos neste estudo e outros parceiros e actores sociais (associações empresariais, confederações sindicais, associações de criadores de emprego, desempregados e especialistas da temática). Os trabalhadores serão o grupo de análise presente em todas as sessões, visto que são os principais afectados pelas deslocalizações e pela flexibilização crescente das formas de emprego, e os restantes actores irão sofrer um processo de rotatividade. Serão também realizados dois encontros fechados onde se contará apenas com a participação dos trabalhadores e dos investigadores envolvidos no estudo.

A intervenção sociológica durará cerca de 7 semanas. Prevê-se a realização de uma sessão por semana com a duração média de 4 horas. Estes encontros serão gravados através de uma câmara de filmar digital para que, posteriormente, o processo de análise de conteúdo seja facilitado.



Bibliografia

Cerdeira, M. C. (2004), *Dinâmicas de transformação das relações laborais em Portugal*, DGERT-MAET, Lisboa.

Dornelas, A. (org.), (2006), *Livro verde sobre as relações laborais*, DGEEP-MTSS, Lisboa.

Estanque, E.; Ferreira, A. C. (2002), “Transformações no mundo laboral e novos desafios para o sindicalismo português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, pp. 151-159.

Ferreira, A. C. (2005), *Trabalho Procura Justiça. Os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*, Coimbra, Edições Almedina.

Hyman, R. (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, p. 7-32.

Kok, W. e tal. (2004), “Facing the challenge. The Lisbon strategy for growth and employment. Report from the high level group chaired by Wim Kok”, http://europa.eu.int/comm./Lisbon_strategy/index_en.html

Kovács, I. (org.), (2005), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta.

Lima, M. P.; Guerreiro, A.; Kolarova, M.; Lino, M. (2005), “Qualidade de Vida no Trabalho dos Quadros e Técnicos Bancários”, in *Actas do XI Encontro da APSIOT*, Porto, APSIOT.

Lima, M. P. et al. (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Salamandra.

Lima, M. P., “Economia e Política da Globalização e Estratégias Locais de Desenvolvimento. A Regulação do Trabalho”, in A. C. Gonçalves e R. Centeno (orgs.), (2002), *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 401-411.

Lima, M. P.; Nunes, C. (2003), Os sindicatos e os desafios da globalização , in *Actas do X Encontro da APSIOT*, Lisboa, APSIOT.

Lima, M. P., “Reflexões sobre a negociação colectiva e a concertação social em Portugal”, in A. Dornelas, J. M. Pinto (2000), *A reforma do pacto social*, INCM, Lisboa, p. 301-374.

Moniz, A. B.; Kovács, I. (Coord.) (2001), *Sociedade da Informação e Emprego*, Cadernos de Emprego, n.º 28, MTS/DGEFP.

Pizzorno, A. (1978), “Political Exchange and collective identity in industrial conflict”, in C. Crouch, A. Pizzorno (1978), *The resurgence of class conflict in western Europe*, Londres, Macmillan, 2.



Touraine, A. (1993), *La Voix et Le Regard*, Seuil, Paris.

Supiot, A. (2005), "Le droit du travail bradé sur le "marché des normes", *Droit Social*, p. 1087-1097.